

Pressão aumenta e Jaques Wagner pode deixar liderança

Aliados defendem afastamento enquanto Lula avalia impacto político do caso

Por Beatriz Matos

A discussão mais importante sobre o futuro do senador Jaques Wagner (PT-BA) acontece dentro do próprio governo. Enquanto a defesa tenta anular as medidas autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cresce entre aliados de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a avaliação de que sua permanência na liderança do governo pode provocar um desgaste maior do que uma saída negociada. O impasse colocou o presidente diante de uma escolha delicada: manter um dos seus principais aliados políticos ou tentar impedir que a crise do caso Banco Master alcance o Palácio do Planalto.

A expectativa em Brasília é que Lula e Wagner tenham uma conversa presencial nos próximos dias. Se inicialmente a preocupação estava concentrada nos mandados de busca, nas apreensões e nas medidas cautelares impostas pelo Supremo, agora a discussão gira em torno do impacto político do caso e da capacidade do governo de evitar que o assunto domine a agenda do segundo semestre.

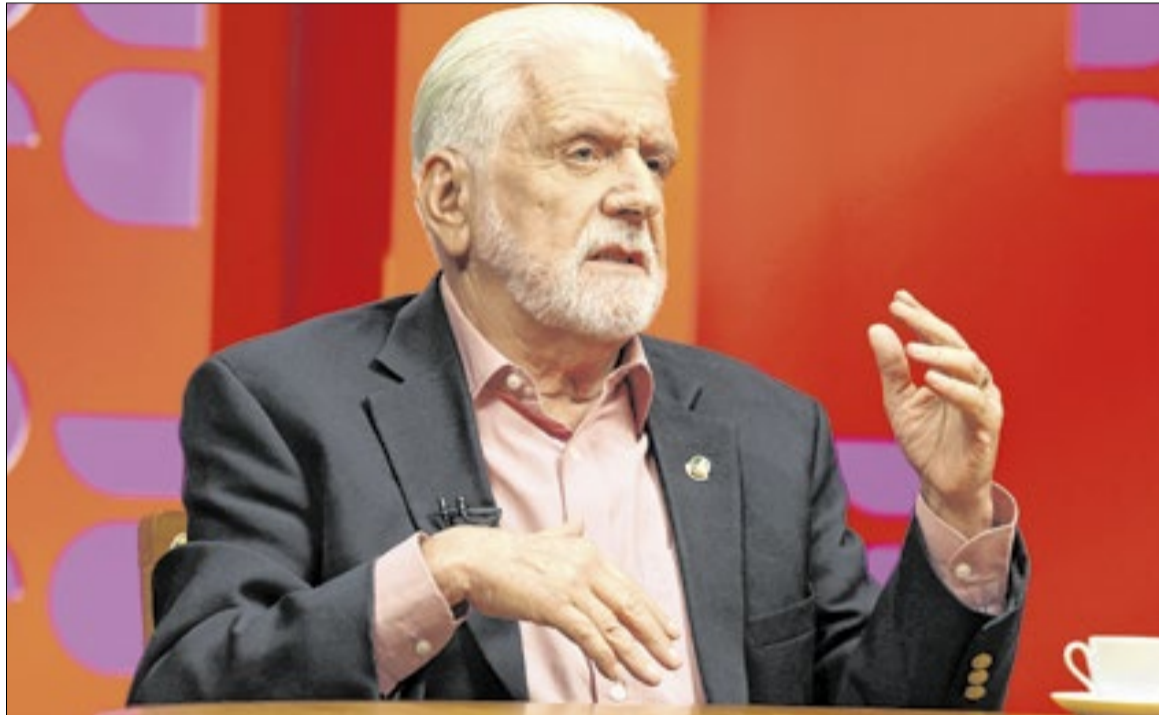
Nos bastidores, há quem defenda que uma eventual saída seja apresentada como uma decisão construída em comum acordo, permitindo que Wagner concentre esforços em sua defesa sem arrastar o governo para o centro do debate. A avaliação é que a oposição continuará explorando o caso enquanto ele permanecer na liderança, independentemente dos desdobramentos jurídicos.

O cálculo

O desconforto dentro da base governista ficou evidente nos últimos dias. Embora o PT tenha fechado fileiras em defesa de Jaques Wagner, lideranças do partido passaram a admitir reservadamente que o caso produz um desgaste que já ultrapassa a esfera individual do senador.

O deputado Rogério Correia (PT-MG), um dos parlamentares mais próximos do governo, defendeu publicamente que Wagner se afaste para responder às acusações sem vincular o caso ao Palácio do Planalto.

“O escândalo do Banco Master não tem nada a ver com o governo do presidente Lula. Pelo contrário, é no nosso governo que nós liquidamos o banco, estancamos a corrupção e estamos fazendo a investigação. Por isso, neste caso específico do senador Jacques Wagner, ele precisa se desvincular do governo e responder



Valter Campanato/Agência Brasil

pessoalmente pelas denúncias que foram feitas pela Polícia Federal”, defende Correia.

Na avaliação de Eduardo Galvão, especialista em risco político e professor do Ibmec Brasília, a discussão deixou rapidamente o campo jurídico para se transformar em um problema de governabilidade.

“A tendência é que seja interpretada principalmente como uma medida de contenção de danos políticos. Em situações como essa, a discussão costuma deixar rapidamente o campo jurídico e migrar para o campo da governabilidade”, afirma.

Segundo ele, o governo se vê diante de uma situação em que não existe solução sem custos. “Em política, muitas vezes não se escolhe entre uma solução sem perdas e outra com perdas. Escolhe-se entre diferentes formas de administrar o desgaste.”

A preocupação também passa pela proximidade histórica entre Lula e Wagner. Ex-governador da Bahia, ex-ministro e um dos quadros mais influentes do PT, o senador é considerado um dos poucos interlocutores capazes de circular simultaneamente entre o Planalto, a bancada petista, setores do Centro e a cúpula do Senado.

As suspeitas

A pressão política aumentou na mesma proporção em que vieram a público os fundamentos utilizados pela Polícia Federal para justificar as medidas autorizadas pelo ministro André Mendonça.

Nos documentos enviados ao Supremo, os investigadores apontam Wagner como suposto beneficiário central das vantagens econômicas sob investigação. A PF afirma ter identificado indícios relacionados a um apartamento no empreendimento Poème Horto,



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Temor é que caso Jaques Wagner acabe contaminando o governo

Rogério Correia defende o afastamento

em Salvador, avaliado em aproximadamente R\$ 2,45 milhões, além de uma transferência de R\$ 3,5 milhões para a BN Financeira, empresa vinculada ao núcleo familiar do senador.

A investigação também descreve uma relação de proximidade entre Wagner e Augusto Ferreira Lima, apontado como ex-administrador ligado ao Banco Master. Segundo a PF, os dois mantinham contato frequente e discutiam temas relacionados à situação da instituição financeira.

Um dos trechos citados pelos investigadores envolve mensagens trocadas em agosto de 2024. Em resposta a Augusto Lima, Wagner afirma que gostaria de conversar para saber “como estão as coisas do banco” e também tratar de questões eleitorais. Para a Polícia Federal, o diálogo coincide com um período em que temas de interesse do Master avançavam no Congresso Nacional.

Outro elemento que chamou a atenção dos investigadores envolve a atuação parlamentar do senador

em discussões relacionadas ao crédito consignado e à ampliação da cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A PF sustenta que houve interlocuções frequentes entre integrantes do banco, assessores e pessoas próximas ao parlamentar durante a tramitação de propostas consideradas estratégicas para a instituição.

A repercussão aumentou ainda mais após a divulgação, pela Folha de S.Paulo, de mensagens encontradas no celular de Daniel Vercaro. Nos diálogos, executivos do Banco Master comemoram a percepção de proximidade com o governo federal e discutem formas de fazer essa imagem chegar ao presidente Lula.

Em determinado momento, Fernando Mascarenhas Filho, diretor comercial do banco, afirma que encaminharia a informação para “tio Guiga e Jaques”. Segundo a Polícia Federal, “Guiga” seria Guilherme Sodré, apontado pela investigação como pessoa próxima ao senador.

Ao analisar o material, a PF concluiu que as conversas sugere-

rem proximidade entre Daniel Vercaro e pessoas com influência política na Bahia.

Wagner nega qualquer irregularidade. Em nota, afirmou que nunca houve atuação, intermediação ou tratativa envolvendo projetos do Banco Master. Em outra manifestação, declarou que não possui qualquer relação com Daniel Vercaro e que não pode ser responsabilizado por conversas de terceiros das quais não participou.

Nesta segunda-feira (22), a defesa apresentou recurso ao Supremo pedindo a anulação da decisão que autorizou as buscas. A defesa argumenta que o senador jamais atuou para favorecer o Banco Master. O advogado de Jaques sustenta ainda que a única emenda apresentada por ele sobre o tema buscava limitar juros e ampliar a proteção dos consumidores, posição que, segundo a defesa, contrariava os interesses da instituição financeira.

O sucessor

Se a saída de Jaques Wagner pode aliviar parte da pressão imediata sobre o governo, ela abre outro problema para o Planalto: encontrar um substituto capaz de exercer o mesmo papel político.

Nos bastidores, o nome mais citado é o do ex-ministro da Educação, o senador Camilo Santana (PT-CE). Aliados, porém, afirmam que ele tem demonstrado interesse em concentrar esforços no cenário eleitoral de 2026.

Para Eduardo Galvão, a sucessão pode ter efeitos que ultrapassam a crise atual. “A questão não é apenas quem sai, mas quem entra. Em um ambiente político cada vez mais fragmentado, a substituição de um articulador experiente pode produzir efeitos que vão além da crise atual e impactar diretamente a capacidade do governo de construir maiorias e avançar sua agenda legislativa.”

O cientista político Lucas Zandonata avalia que o governo enfrenta um dilema difícil de administrar. “Se ele fica, vai ser explorado dizendo que o governo está sendo conivente com acusações de atos ilícitos. Se ele sai, vai se falar que o governo está reconhecendo alguma falta por parte do senador.”

Para o especialista, apesar de a investigação ainda estar em fase inicial e de Wagner ter direito à ampla defesa, o afastamento seria o caminho politicamente mais prudente para preservar o governo. “Para poupar o governo, o mais prudente seria no mínimo o afastamento dele da liderança do governo no Senado”, afirmou.